

Alerta no ensino médio

BAIXOS RESULTADOS NAS AVALIAÇÕES OFICIAIS REAQUECEM A
DISCUSSÃO SOBRE A NECESSIDADE DE MUDANÇAS NO ENSINO

MÉDIO BRASILEIRO



SÚMULAS DO TST

ARTIGO TRATA DA ATUALIZAÇÃO
DA JURISPRUDÊNCIA DAS
SÚMULAS DO TRIBUNAL
SUPERIOR DO TRABALHO
QUE INTERESSAM OS
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

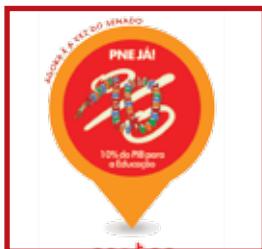
MADALENA ANALISA

ENTREVISTA COM A
COORDENADORA GERAL
DA CONTEE, MADALENA
GUASCO PEIXOTO, TRATA DA
PAUTA EDUCACIONAL E DOS
DESAFIOS DA GESTÃO

SENADO RECEBE PNE

A EXPECTATIVA DAS ENTIDADES
NACIONAIS SOBRE A
TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE
LEI QUE CRIA O NOVO PLANO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO
SENADO FEDERAL

3 EDITORIAL CONTEE fortalecida e alerta



4 EDUCACIONAL Agora é a vez do Senado! PNE já!

8 SINDICAL 15 de outubro - descanso e comemoração



12 CAPA Sem identidade, o ensino médio precisa mudar

16 ENTREVISTA Avaliação tem que ser mais do que a lei exige

22 CURTAS DAS FILIADAS



26 SINDICAL/ARTIGO Por que a margem de lucro das escolas nunca entra na discussão?

28 CURTAS DA CONTEE

36 JURÍDICO/ARTIGO As mudanças promovidas na jurisprudência do TST

42 EM ALTA, EM BAIXA

44 COMUNICAÇÃO Para expressar a liberdade - Uma nova lei para um novo tempo

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Danielle Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**;

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**; Ilustração - **Daniel Lopes**;

Tipagem - 3 mil exemplares; Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul – Quadra 701 – Bloco 2 – Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand – CEP 70340-906 – Brasília/DF - Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte. Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Diretoria Executiva

Coordenação Geral

Madalena Guasco Peixoto

Coordenador da Secretaria Geral

Cássio Filipe Galvão Bessa

Coordenador da Secretaria de Finanças

Fábio Eduardo Zambon

Coordenadora da Secretaria de Assuntos Educacionais

Adércia Bezerra Hostin

Coordenador da Secretaria de Assuntos Jurídicos

João Batista da Silveira

Coordenadora da Secretaria de Comunicação Social

Cristina de Castro

Coordenador da Secretaria de Políticas Sociais

José Jackson Bezerra

Coordenador da Secretaria de Organização Sindical

José Ribamar V. Barroso

Coordenador da Secretaria de Políticas Sindicais

José Carlos Arêas

Coordenadora da Secretaria de Questões de Gênero e Etnia

Rita de Fraga Almeida Zambon

Coordenador da Secretaria de Formação

Wanderlei Julio Quêdo

Coordenadora da Secretaria de Assuntos Institucionais

Nara Teixeira de Souza

Coordenadora da Secretaria de Políticas Internacionais

Maria Clotilde Lemos Petta

Coordenador da Secretaria da Saúde do Trabalhador

Luiz Gaminb

Coordenador da Secretaria de Juventude

Rodrigo Pereira de Paula

DIRETORIA PLENA

Abigail Carvalho

Ailton Fernandes

Alan Francisco de Carvalho

André Jorge Marcelino da Costa Marinho

André Luiz G. Cunha

Angelo Lacerda Rocha

Antonio Rodrigues da Silva

Aparecida de Oliveira Pinto

Cesar Gomes Araújo

Claudio Eduardo dos Santos

Claudio Jorge

Cristiano Leon Martins

Edson de Paula Lima

Geraldo Porfirio Pessoa

Gisele Vargas

João Jorge de Araújo Armênio

João Marques da Fonseca Filho

Juliano Pavesi Peixoto

Lygia Maria Baptista Carretero

Manoel Henrique da Silva Filho

Maria das Graças de Oliveira

Maria Madalena Patrício de Almeida

Nivaldo Pinto Ferreira

Oswaldo Luiz Cordeiro Teles

Paulo Roberto Yamaçake

Robson Terra Silva

Tânia Andrade Lima

Ulrich Beathalter

CONSELHO FISCAL

Idenes de Jesus Souza Cruz

Leonardo da Silva dos Santos Bastos

Wilson Melo Sodré

CONTEE *fortalecida e alerta*

Após a realização do bem sucedido 8º Congresso da CONTEE, ocorrido no final do mês de agosto, em São Paulo/SP, iniciamos um novo período de trabalho, visando a defesa da categoria e o fortalecimento institucional da Confederação. Alguns de nossos principais desafios já estão postos e a CONTEE encontra-se alerta e preparada para enfrentá-los e superá-los – sempre em busca de garantir os avanços necessários para o País e para os trabalhadores em estabelecimentos de ensino.

Para aprofundar essa reflexão, leia nas páginas a seguir uma entrevista concedida por mim à nossa Revista sobre a realização do 8º CONATEE, o novo Plano Nacional de Educação e os preparativos para a próxima Conferência Nacional de Educação, entre outros temas.

Além disso, nesta edição, destacamos a discussão de uma questão de grande relevância para a educação brasileira: o papel do ensino médio – apresentando os principais desafios do seguimento. Ainda na pauta educacional, tratamos da expectativa das entidades nacionais pela tramitação do Projeto de Lei do novo PNE no Senado Federal e as perspectivas desta luta.

Leia ainda a reportagem sobre a origem das comemorações e a questão do feriado escolar no Dia do Professor e do Trabalhador em educação, bem como matéria sobre a Campanha “Para Expressar a Liberdade”, lançada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), com o apoio pela CONTEE.

Confira o artigo do professor André Jorge Marinho sobre o lucro das instituições de ensino e o artigo do Dr. José Geraldo de Santana Oliveira a respeito da atualização da jurisprudência das súmulas do Tribunal Superior de Trabalho (TST), com alterações que interessam diretamente os trabalhadores da educação. Por fim, conheça as mais recentes atividades e ações desenvolvidas pela CONTEE e por algumas de nossas entidades filiadas no último período.

Boa leitura!



Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE

Agora é a vez *do Senado! PNE já!*

Após quase dois anos de tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei que cria o novo Plano Nacional de Educação chega finalmente ao Senado Federal e deve exigir esforço redobrado das entidades nacionais de educação para garantir a aprovação dos avanços necessários para a transformação da educação brasileira.



10% do PIB para
a Educação

Apresentado em dezembro de 2010 pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei 8035, que cria o novo Plano Nacional de Educação (PNE), finalmente seguiu para apreciação do Senado Federal. Após longos meses de debates, audiências públicas, mobilizações, avanços e lutas, a Câmara dos Deputados aprovou a redação final do Projeto, com ajustes de ortografia e redação definidos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no último dia 16 de outubro.

O grande destaque da tramitação do novo Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados foi a aprovação por unanimidade da meta de investimento de 10% do Produto Interno Bruto em Educação até 2023, contrariando a proposta original do governo que era de 8%. Atualmente o Brasil aplica 5,1% do PIB em educação.

A vitória, fruto da intensa mobilização da sociedade e das entidades nacionais de educação, foi muito comemorada. Após sua aprovação, no entanto, um recurso tentou levar a discussão ao Plenário e novamente as entidades entraram em ação para impedir o retrocesso na tramitação. Ao chegar ao Senado, a questão ganha novo destaque e coloca, mais uma vez, as entidades em alerta.

Para a CONTEE, a tramitação no Senado Federal deverá exigir grande empenho das entidades nacionais de educação. Havendo mudanças no texto, que podem avançar ou retroceder em conquistas para a educação, o Projeto volta, então, à Câmara dos Deputados.

Segundo a Secretária de Assuntos Educacionais da CONTEE, Adercia Hostin, “é preciso continuarmos organizados e mantermos a pressão social para a batalha, que continua agora no Senado, com a mesma responsabilidade. Vamos travar uma luta coerente para avançarmos e transformarmos a educação em nosso País”.

Para Roberto Leão, Presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), a expectativa é de que o PNE tenha no Senado uma

tramitação mais rápida do que na Câmara. “Os Senadores têm todo o direito de debater a questão – não estamos questionando isso. Nossa preocupação é que o debate demore muito. Já estamos há dois anos sem ter um PNE. É importante que a gente comece 2013 com um Plano Nacional de Educação. Eu gostaria que os Senadores fizessem um esforço muito grande para que a educação brasileira não entre mais um ano sem rumo, sem norte”, afirma Leão.

Segundo o dirigente, o ponto fundamental do texto aprovado na Câmara dos Deputados diz respeito ao financiamento da Educação. “Finalmente, a grande reivindicação dos movimentos sociais, os famosos 10% do PIB para a educação pública brasileira, foi aprovada. E nós esperamos que o Senado mantenha isso”.

Entretanto, o Presidente da CNTE manifesta preocupação com a correlação de forças no Senado. “Preocupação existe, pois a aprovação dos 10% (na Câmara) não foi uma coisa pacífica, foi preciso muita mobilização. Mas os Senadores também vão estar preocupados,

tenho certeza, com a capacidade que o povo tem de se mobilizar e de cobrar aquilo que considera importante para o seu desenvolvimento pleno”.

O Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, acha que o embate no Senado será duro, “no mínimo vinte vezes mais difícil do que foi na Câmara”. Para Daniel, o principal desafio no Senado será aprovar os senadores a respeito do debate do PNE. “Muitos deles demonstram desconhecimento da proposta. Vamos ter que tentar pautar a discussão para que eles tomem conhecimento do que é o PNE, do histórico de sua tramitação na Câmara, porque eles ainda não formaram uma opinião a respeito do Plano”.

O dirigente também faz projeções sobre o prazo de tramitação do Projeto. Segundo Cara, o cenário mais otimista seria a aprovação do PNE no primeiro semestre de 2013. Em um cenário mais “realista”, diz, a matéria seria aprovada no final de 2013. Já em uma perspectiva “pessimista”, acredita, o Plano seria aprovado apenas no início de 2014.

As entidades estudantis prometem muita mobilização durante a tramitação no Senado, com o lançamento da Campanha “Somos Todos 10%”. A UNE deve distribuir 70 mil jornais, além de cartazes e adesivos, chamando os estudantes para a campanha nas redes sociais.

Entre os Senadores a expectativa para a tramitação do PL também é grande. O Senador Paulo Paim (PT-RS), membro da Comissão da Educação e Cultura da Casa, acredita que a aprovação no PNE provavelmente ficará para 2013. “O Senado é uma Casa Política e, nesse sentido, tudo pode acontecer. Já vi propostas serem aprovadas sem o cumprimento dos prazos e outras ultrapassando todos os limites. Por ser um projeto do Executivo, mesmo não apresentando urgência constitucional em sua tramitação, acredito que o andamento do PNE aqui no Senado será mais célere. Mas, não temos como definir um prazo”.

Para ele, o PNE é fundamental para alavancar os investimentos de educação no País, “por isso apoio de forma integral o investimento de 10% do PIB na educação”. De acordo com o Senador, “o compromisso da Comissão de

Educação deverá ser o de promover o debate, através de audiências públicas, onde a participação das instituições e sociedade civil organizada é de relevante importância".

Em relação ao prazo de tramitação, o Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), também membro da Comissão de Educação, afirma que não há como definir um período. Segundo ele, o Projeto seguirá o trâmite normal do Senado Federal. Ele lembra que "na Câmara funcionou uma Comissão Especial que evitou que o projeto passasse por várias comissões". Mesmo assim, destaca, "um projeto de 2010 só saiu em 2012". No Senado, não existe esta alternativa. "Portanto, o projeto deverá passar, pelo menos, por três comissões. Sendo a Comissão de Educação a principal delas, onde terá caráter terminativo", explica.

Pela importância da matéria, acredita, "trabalharemos para que ela tenha uma rápida tramitação garantindo, porém, amplo debate com os segmentos interessados, inclusive com a realização de Audiências Públicas". Para o Senador, todas as ações a serem aprovadas no PNE precisarão de um investimento a contento. "Por isso a destinação de 10% do PIB para Educação, contemplada na proposta, é tão fundamental". Entretanto, afirma, "para conseguirmos atingir esse feito de mais que dobrar os investimentos realizados hoje, precisamos definir as fontes de recursos".

Arruda destaca a necessidade de destinação de 50% do Fundo Social do Pré-sal para garantir os investimentos em Educação. Segundo o Senador, "a riqueza gerada pelo Pré-sal pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de nosso País. E o passaporte para o futuro é investir esses recursos em educação, ciência e tecnologia".

Próxima etapa



contee
Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

A CONTEE já está preparada para a próxima etapa das discussões sobre o novo Plano Nacional de Educação que acontecerão, agora, no Senado Federal. Além da presença nas audiências e debates sobre o tema na Casa legislativa, a Confederação está mobilizando suas entidades filiadas para desenvolver um trabalho intenso com os Senadores em seus Estados de origem.

A fim de reforçar o esforço das entidades, a CONTEE criou uma peça publicitária que destaca a tramitação no Senado Federal e exige a aprovação dos 10% do PIB para a educação. A peça já é sucesso no Facebook e pode ser compartilhada. Basta acessar: www.facebook.com/paginadacontee

15 de outubro: *descanso e comemoração*



O Dia do Professor ou do Trabalhador em educação é uma oportunidade de descanso para os profissionais e um dia de comemoração e reflexão sobre essa atividade essencial para toda a sociedade.

Comemorado mundialmente no dia 5 de outubro, no Brasil o Dia do Professor, em algumas localidades o Dia do Trabalhador em Educação, é festejado em 15 de outubro. Instituído nacionalmente por meio do decreto Nº 52682, assinado pelo então Presidente da República João Goulart, em 1963, a data já era comemorada havia muito tempo. O primeiro registro histórico da celebração data de 14 de maio de 1930, quando a III Semana da Educação, realizada na cidade de Bragança Paulista (interior de São Paulo), institui em seu programa de atividades o “Dia da Escola”.

Apesar da longa história em torno do Dia do Professor, poucos conhecem a origem desta homenagem. Tudo começou nos anos 30, quando diversas iniciativas foram tomadas por grupos de professores católicos. Comemorações como a festa do “Nosso primeiro Mestre”, lançada pela Associação de Professores Católicos do Distrito Federal (então, no Rio de Janeiro) ou o “Dia da Mestra”, instituído também no Rio pelo Departamento de Ensino Primário.

O 15 de outubro foi escolhido originalmente por ser a data evocatória de Santa Tereza d’Ávila. A santa, nascida em Ávila, na Espanha, e falecida em 1582, foi associada aos docentes por serem em sua maioria mulheres (e católicas). Além disso, Tereza d’Ávila também era conhecida pela notável inteligência, comparada, em seu tempo, a dos doutores da Igreja, e reconhecida por títulos religiosos e como “Padroeira dos Professores”.

No início da década de 30, as primeiras comemorações já aconteciam, mas sem grande repercussão, quando, em artigo publicado no “Jornal de São Paulo” (de 10 de outubro de 1946), o professor Alfredo Gomes (ex-presidente da Associação Paulista de Professores Secundários e

da Sociedade Beneficente de Professores e Auxiliares de Administração e também diretor de entidades de classe como a União de Professores de Educação e Ensino e Associação Paulista de Educação) lança a Campanha pela oficialização do “Dia do Professor” a 15 de outubro, no Estado de São Paulo.

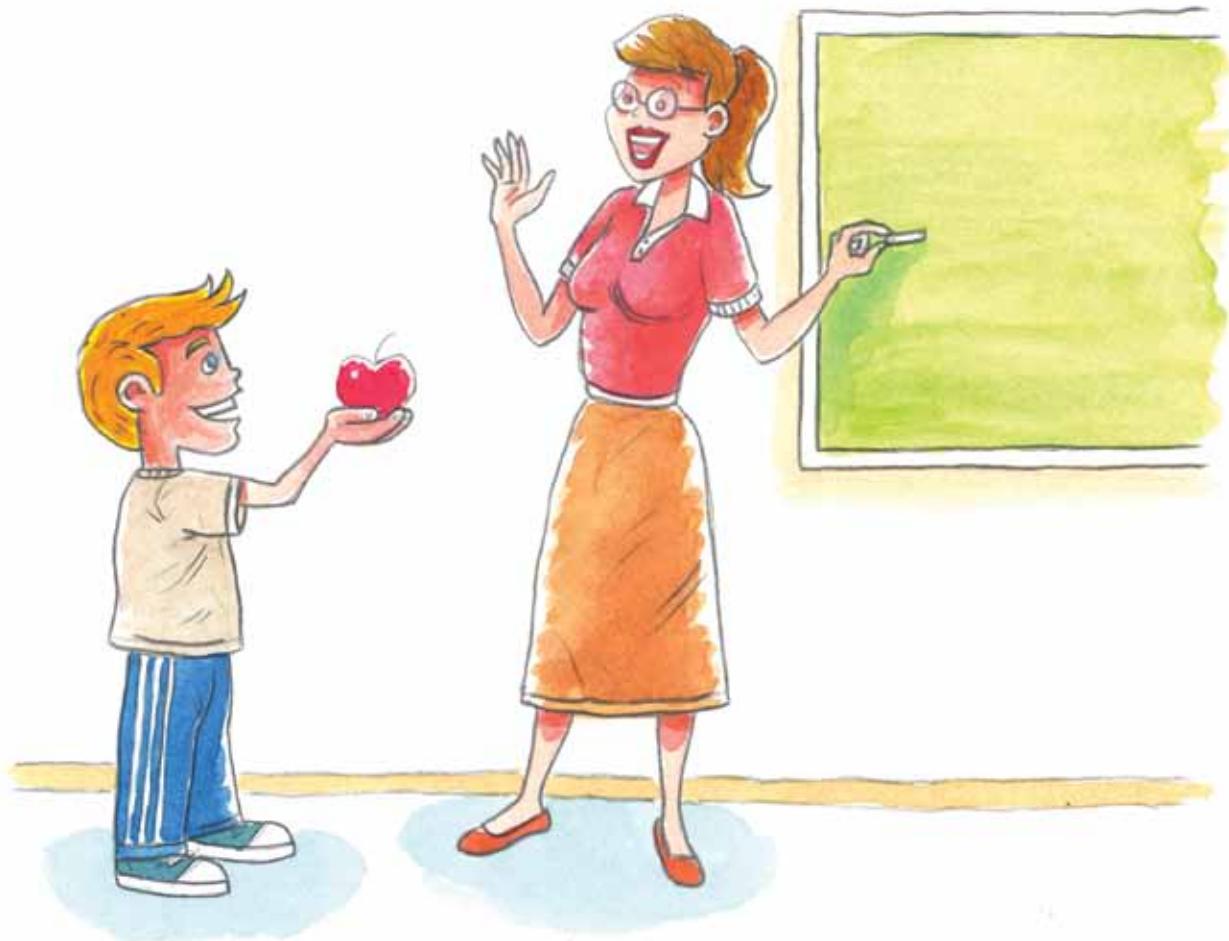
A Campanha esclarecia que, além da associação religiosa, a data possuía riqueza histórica. Afinal pode-se dizer que neste dia foi instituído o ensino público no Brasil, por decreto Imperial de D. Pedro I, em 1827. O referido documento assinado pelo Imperador ordenava a criação de escolas de “primeiras letras” (alfabetização) em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

Em 1947, formou-se, então, a “Comissão Pró-Oficialização do Dia do Professor”, com intensa atividade de mobilização

no Ministério da Educação, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e na Secretaria de Educação. Em 13 de outubro de 1948, o Projeto foi transformado na Lei estadual nº 174.

A conquista paulista correu o País e quase todos os Estados aprovaram leis instituindo o feriado escolar do Dia do Professor em 15 de outubro. A partir daí, iniciou-se o trabalho pelo reconhecimento nacional da homenagem, por meio de decreto federal. Em 14 de outubro de 1963, a data foi reconhecida nacionalmente.

Em muitas localidades o feriado escolar consta também nas cláusulas das convenções coletivas da categoria, como é o caso do Sinpro-Rio. Por lá, o dia 15 de Outubro é considerado feriado escolar previsto nas



Convenções Coletivas de Trabalho de 2012 (CCTs) da Educação Básica (cláusula 25^a) e da Educação Superior (cláusula 17^a). Para o Presidente do Sindicato, Professor Wanderlei Quêdo, “o dia 15 de outubro é mais do que um símbolo, é uma marca profunda na sociedade que deve ser respeitado em todos os lugares. Esse feriado estabelece um dia de reflexão sobre qual é o papel desse profissional na vida de cada um dos brasileiros que já passaram pelos bancos escolares”.

No Estado do Pará, o feriado escolar também é respeitado. Segundo a Coordenadora Geral do Sinpro-PA, Prof.^a Rosa Maria Fares dos Santos, a grande reflexão do dia envolve a valorização do trabalhador. “Hoje a nossa convenção coletiva garante o feriado. No dia 15 o professor não trabalha. Foi um respeito que a gente conquistou. Nesse dia o professor fica em casa com a família”.

No Mato Grosso, os trabalhadores em Educação também comemoram a data. “Para nós, o dia 15 de outubro é o dia do trabalhador do ensino. Assim, o feriado escolar, neste dia, é uma forma de oferecer um descanso e também uma homenagem a esses profissionais, que desenvolvem um trabalho de fundamental importância”, destaca a presidente do Sintrae-MT, Nara Teixeira.

No Rio Grande do Sul o feriado é assegurado pela Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho, assinada pelo Sinpro/RS com os respectivos sindicatos patronais (Sinepe/RS, Sindcreches, Sindomas, Governo do Estado/Fundação Liberato, Governo do Estado/Uergs e Sindepars. Para a diretora do Sinpro-RS, Cecilia Maria Martins Farias, “precisamos, ainda, marcar esse dia para chamarmos atenção da sociedade para o trabalho cada vez mais intenso dos professores. Sua imensa responsabilidade na formação de cidadãos conscientes é inversamente proporcional às condições de trabalho e remuneração, muito aquém do necessário.”

De maneira geral, as comemorações do Dia 15 de outubro reforçam a importância da valorização dos pro-



fissionais da educação, de suas carreiras e das condições de ensino e trabalho existentes hoje no País. A esses trabalhadores é delegada a grande responsabilidade pela formação cidadã dos jovens brasileiros sem que lhes seja garantida sequer uma remuneração digna por seu trabalho, tão valoroso e dedicado.

Por isso, a luta pela valorização profissional é questão prioritária para a Confederação e suas entidades filiadas, que de maneira incansável promovem no dia-a-dia da atuação sindical a batalha pelo reconhecimento dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino como protagonistas no processo de desenvolvimento do Brasil como Nação, bem como na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. **c**

A luta pela valorização profissional é questão prioritária para a Confederação e suas entidades filiadas.

Sem identidade, *ensino médio precisa mudar*



O fraco resultado nas avaliações do ensino médio despertou a atenção do governo e da sociedade sobre a necessidade de mudanças e adequações no ensino médio brasileiro.



A recente divulgação de dados sobre o baixo desempenho dos estudantes do ensino médio no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2011 reativou o debate sobre a necessidade de mudanças neste seguimento da educação. Os resultados foram considerados insuficientes, aquém do esperado ou estagnados, acendendo sinal de alerta em toda a sociedade.

Segundo o Ministério da Educação, entre 2009 e 2011, o Ideb do ensino médio subiu apenas 0,1 ponto, passando de 3,6 para 3,7. A meta nacional para o período foi atingida, entretanto, em nove estados o índice piorou em relação a 2010. No Estado do Pará, a meta do ano de 2011 era de 3,1 pontos e o estado atingiu apenas 2,8.

Os dados evidenciam o que o dia-a-dia das escolas não consegue esconder. Há problemas de todos os tipos, como na falta de identidade e de definição do papel deste setor da educação brasileira, o alto índice de evasão escolar, as péssimas condições de remuneração e trabalho dos professores, além dos desafios curriculares e da adequação do ensino às novas tecnologias.

As matrículas do ensino médio brasileiro estão majoritariamente na educação pública. Apenas 12% perten-

cem atualmente à iniciativa privada e a participação das instituições de ensino particulares é de apenas 29% do total. O restante (71%) pertence à rede pública, sendo que 86% são de responsabilidade dos Estados. Em 10 anos, houve expansão do acesso a este nível educacional de aproximadamente 222% de vagas — a imensa maioria no setor público. Porém, a realidade é desafiadora e quase 1 milhão (978.540 mil) de jovens, entre 15 e 17 anos, não frequentam a escola. 32,5% dos matrículados fazem o curso no período noturno.

Para o Presidente da

*Ao matrículas
do ensino médio
brasileiro estão
majoritariamente
na educação
pública. Apenas
12% pertencem
atualmente
à iniciativa
privada.*

A valorização do trabalhador em educação é apontada como questão primordial no processo.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão, o ensino médio no Brasil tem muita coisa para ser resolvida. “Ele precisa de uma identidade, se mostrar atrativo para que o aluno permaneça e não tenhamos uma evasão tão grande. Precisa oferecer perspectivas de vida, de futuro. A escola precisa debater com o aluno as possibilidades que existem dele ser feliz no mundo”, acredita o dirigente. Para isso, segundo Leão, é essencial que as escolas estejam bem aparelhadas, que os profissionais atuem com tranquilidade, com boa remuneração e plenas condições de realizar o seu trabalho.

Para a Professora Dalila Andrade Oliveira, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), o fato do ensino médio ser agora uma etapa obrigatória da educação coloca um horizonte mais abrangente. “Mais pessoas chegarão a cursar o ensino médio”, ressalta. Por isso, diz, “nós precisamos de muitos investimentos, sobretudo no que se refe-

re às condições de trabalho. É necessário investir mais na carreira profissional e na remuneração dos docentes, para que os nossos professores possam se dedicar a um só vínculo numa mesma escola”.

Diretrizes curriculares

Em janeiro de 2012, o Ministério da Educação homologou as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, aprovadas no ano passado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O texto, que substitui as diretrizes em vigor desde 1998, contém 23 artigos relacionados à organização curricular, às formas de oferta de ensino, ao projeto político-pedagógico das escolas e aos sistemas de ensino.

A divisão das matérias se dá por áreas do conhecimento. Uma delas é a de “línguagens”, que inclui as aulas de língua portuguesa, língua materna (para populações indígenas), língua estrangeira moderna, arte (incluindo cênicas, plásticas e musical) e educação física. A segunda área do conhecimento é matemática; a terceira é ciências da natureza, que inclui biologia, física e química. E, por fim, as ciências humanas, que englobam as matérias de história, geografia, filosofia e sociologia.

De acordo com o MEC, as diretrizes curriculares não substituem as disciplinas. O objetivo é trabalhar com uma coordenação pedagógica que integre as áreas. O ensino médio da rede pública tem hoje 13 disciplinas obrigatórias, mas pode chegar a até 19, se levadas em consideração as opcionais.

Para a presidente da Anped, “não se trata de reforma, se trata de adequar o ensino médio que a gente tem hoje”. Segundo ela, as diretrizes são muito boas e foram construídas com importante diálogo com a sociedade. “A Anped participou ativamente do debate no CNE sobre as diretrizes e elas refletem as necessidades que nós temos hoje”.

Dalila destaca que foi justamente por entender que o

ensino médio precisa ser adequado à realidade atual que as diretrizes foram elaboradas. “O nosso momento agora é de cumprimento dessas orientações”.

As diretrizes também são elogiadas pelas CNTE. “Nós consideramos que as diretrizes são boas”, diz Leão. O dirigente ressalta, entretanto, que é preciso investimento em estrutura para que haja de fato uma transformação. “É necessário, por exemplo, que tenhamos um grande número de escolas com educação integral, além de trabalhar com o ensino médio noturno, com tratamento diferenciado para estes alunos”, cita. “É preciso que haja investimento. Não resolveremos os problemas do ensino médio com diminuição de conteúdo ou de disciplinas. O que precisamos ter é articulação entre as áreas”, comenta.

A valorização do trabalhador em educação é apontada como questão primordial no processo. A dirigente da Anped explica que, para isso, é fundamental melhorar as condições de oferta de carreira e remuneração. “O Brasil forma muitos professores do ensino médio, mas as condições que são oferecidas não são atraentes. Esse é o grande problema”. Para Dalila, “não é que faltam professores de química, física e matemática. Falta quem queria trabalhar como professor para ganhar o que se paga a um professor do ensino médio nas condições em que eles trabalham”.

O presidente da CNTE destaca ainda que “a valorização profissional é importante para todos os níveis da educação. Quem vai trabalhar com educação precisa ter tranquilidade, porque está lidando com gente, não está fazendo parafuso, sabonete”.

Mudança nas avaliações

Entre as modificações propostas pelo Ministério da Educação está também a mudança na forma de avaliação do ensino médio. O governo propõe que a Prova Brasil – aplicada nas 4^a e 8^a séries (5^º e 9^º ano, respectivamente) do ensino fundamental e no 3^º ano do ensino médio – seja substituída pelo Enem (Exame Nacional do

Ensino Médio) para o cálculo do Ideb. O principal impacto seria na abrangência da avaliação, uma vez que a Prova Brasil é realizada por amostragem e o Enem teria caráter censitário.

Leão tem críticas ao sistema de avaliação como um todo. “Ainda que o Ideb seja um indicador que cruza alguns dados, ele continua sendo um teste padronizado, aplicado em larga escala e isso não mede qualidade de educação, porque desempenho não é sinônimo de qualidade”. Para o presidente da CNTE, é preciso avaliar o sistema. “Saber se a escola está bem aparelhada, se funciona bem, se os professores são efetivos, se tem carreira”, explica.

A complexidade do debate sobre as mudanças no ensino médio é prova inequívoca que só reforça a sua urgência e necessidade. Deixando claro que as transformações das quais a educação brasileira tanto carece precisam ser amplamente discutidas, em todas as suas nuances e peculiaridades e dialogando com todos os atores envolvidos nesse processo. **C**

A complexidade do debate sobre as mudanças no ensino médio é prova inequívoca que só reforça a sua urgência e necessidade.

Avaliação tem que *ser mais do que a lei exige*

A Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, faz uma avaliação do 8º Congresso da entidade, realizado no final o mês de agosto, aponta os desafios da nova gestão, fala sobre o novo PNE, a próxima CONAE e analisa o projeto do Ministério da Educação de criação de uma autarquia para a avaliação, regulação e supervisão da educação superior.



Qual a sua avaliação do 8º Congresso da CONTEE?

Madalena Guasco Peixoto: Este foi o maior Congresso que a CONTEE já realizou. Nós tivemos uma grande participação dos sindicatos e federações, com atuação ativa dos delegados e apenas duas entidades que não participaram. Todos receberam as teses antecipadamente, com condições, portanto, de discutir em suas bancadas e delegações e isso qualificou muito os debates da plenária – proporcionando grandes discussões e decisões. Foi um CONATEE tranquilo e muito bem organizado. Havia uma grande preocupação em não esgotarmos os debates – em função do temário extenso e de grande responsabilidade – já que tínhamos apenas um dia e meio para os debates e depois a eleição. Mas nós conseguimos. Não faltou nenhum ponto para discussão qualificada e deliberação.

O Congresso aprovou algumas mudanças estatutárias que alteraram a composição da diretoria, com a criação de novas secretarias. O que isso representará na dinâmica de funcionamento da entidade?

Madalena Guasco Peixoto: A principal mudança estatutária foi a mudança na direção. Nós passa-

“Nossa grande luta vai ser no sentido de que o Senado aprove o PNE tal como foi aprovado na Câmara, sem alterações”.



Fotos: Willians Morais

mos a ter 15 membros na diretoria executiva, com a criação de novas secretarias. Algumas delas são desdobramentos de secretarias anteriores, como é o caso da secretaria de políticas sociais, da secretaria de políticas sindicais, da secretaria de políticas internacionais e da secretaria de assuntos institucionais. Qual o objetivo desses desmembramentos? Melhorar a atuação e dar ênfase aos trabalhos. A CONTEE precisa melhorar, por exemplo, seu trabalho institucional, estar mais presente em Brasília, se relacionar melhor com o Parlamento, com a Presidência da República, com os diferentes ministérios, com as entidades. E isso exige uma secretaria própria para fazer esse trabalho. Assim, criamos a secretaria de assuntos institucionais com esse objetivo.

Já a secretaria de políticas sindicais elabora políticas de relacionamento com as centrais sindicais. A CONTEE se desfiliou da CUT e passa a não estar mais filiada a nenhuma central e isso exige um trabalho de fortalecimento das nossas relações com as Centrais, mesmo não estando filiada. Então, nós criamos a secretaria de políticas sindicais com esse objetivo, traçar uma política sindical e fortalecer a relação da CONTEE com as Centrais Sindicais. A Secretaria de Políticas Sociais tem a tarefa de fortalecer e ampliar as nossas relações com as entidades e os movimentos sociais, fundamentais para as lutas e as conquistas que a sociedade brasileira necessita alcançar.

A CONTEE, entretanto, nunca teve secretaria de saúde

nem de juventude nem de políticas internacionais. São três apostas que nós estamos fazendo. Em relação à saúde, nosso objetivo não é fazer o trabalho que as entidades já fazem, e, sim, traçar uma política nacional de saúde. Já a secretaria de juventude vem ao encontro do problema da renovação dos quadros. O jovem se forma, passa a ser professor, mas não tem atuação sindical e isso se deve em grande parte a políticas muito defasadas para a juventude trabalhadora. Então, nós queremos elaborar uma política mais apropriada para a formação de novos quadros. A outra nova secretaria é a de políticas internacionais, que não se trata de relações internacionais. Nós criamos essa secretaria porque

“Foi um CONATEE tranquilo

achamos que as relações internacionais já estão sendo feitas, pois somos filiados à IE, CEA, FISE e a CPLP-SE, mas não basta só você ter relações, é preciso estabelecer um debate com a categoria sobre o que é esse relacionamento e quais são os grandes problemas da organização sindical internacional na área da educação, quais as grandes questões em debate, quais os posicionamentos que a CONTEE tem que levar para os encontros.

Quais serão os principais desafios dessa nova gestão?

Madalena

Guasco Peixoto: O primeiro desafio é melhorar as nossas relações institucionais. Eu acho que a CONTEE já deu salto de qualidade nessa questão, mas ainda muito pequeno. Outra questão é melhorar as nossas relações com as entidades

de base. Já tivemos algumas atitudes na gestão passada que traçaram políticas conjuntas, mas podemos aprofundar. Além disso, devemos melhorar a participação de toda direção na condução da CONTEE. Em geral, isso não é um problema só da Confederação, é um problema de quase todas as entidades sindicais, onde quem dirige a entidade, geralmente, é a diretoria executiva. Nós temos o desafio de fazer com que os diretores da Plena também dirijam a entidade. Sem mencionar os desafios das complexas pautas que temos que enfrentar, tanto no âmbito do mundo do trabalho e das relações sindicais, quanto também no âmbito da educação.

Vivemos agora a expectativa para a tramitação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) no Senado. O que você espera desse processo?

Madalena Guasco Peixoto: Nossa grande

luta vai ser no sentido de que o Senado aprove o PNE tal como foi aprovado na Câmara, sem alterações. Não vai ser uma batalha fácil, mas nós e as demais entidades acreditamos que, assim como não foi fácil na Câmara e conseguimos vencer, nós também faremos um trabalho no sentido de convencer os senadores de que o melhor para o Brasil é não atrasar mais a tramitação do PNE, é aprova-lo, e, principalmente, aprovar os 10% do PIB para a educação. A CONTEE, juntamente com as outras entidades, tem todo um esquema de trabalho já montado no sentido de convencimento dos senadores. Nós elaboramos documentos, material de divulgação, vamos visitar todos os senadores, com ênfase, particularmente, naqueles que estão ligados às Comissões

“O primeiro desafio é melhorar as nossas relações institucionais”.



e muito bem organizado".

que vão avaliar o PNE. Vamos fazer o trabalho político, além de estar presente em todas as audiências públicas que forem realizadas e todos os atos que forem chamados, tanto pelas entidades estudantis, como pelas outras entidades nacionais e também pela CONTEE.

A nossa expectativa é que o prazo de tramitação seja rápido, embora já estejamos no final do ano. Portanto, esperamos que até no máximo o meio do ano que vem o PNE esteja aprovado. Por isso, também defendemos que o PL não seja alterado no Senado, porque, se ele for alterado, volta para a Câmara e atrasa ainda mais. É lógico que não estamos defendendo isso apenas para que o Projeto não volte para a Câmara, mas, sim, porque consideramos que o texto aprovado na Câmara foi muito construído e, apesar de não estarem ali todas as nossas questões, ele avançou muito em relação ao PL do Executivo. Já é um texto muito acordado, que representa a vontade das entidades que participaram da Conferência Nacional de Educação e um avanço para a educação brasileira.

Começam agora também os preparativos para a próxima Conferência Nacional de Educação (CONAE). Como a CONTEE está se mobilizando para isso?

Madalena Guasco Peixoto: A CONTEE teve uma ótima participação na primeira CONAE. Nós conseguimos participar de quase todas as Conferências Municipais, participamos de todas as Conferências Estaduais, tiramos nossos delegados, fizemos seminários de preparação, preparamos nossa bancada para atuar na Conferência Nacional. Foi uma ótima participação, que resultou na aprovação de todas as nossas propostas na plenária final. Nós temos a expectativa de melhorar essa atuação.

Os grandes problemas em relação à Conferência são: primeiro, que ela está sendo feita sem o PNE ter sido aprovado. Com isso, perdemos a grande oportunidade de já começar a avaliar esse Plano. Segundo, a gente não sabe como vai ser a tramitação do PNE e os temas estão praticamente repetidos, em relação ao que foi debatido na Conferência passada. A nossa expectativa, que era de discutir o sistema nacional de educação, não está contemplada plenamente. É claro que nós vamos tratar disso durante o debate, mas ele não aparece



como tema central, do jeito que a gente gostaria que estivesse no Documento Base. Isso não foi possível de ser acordado, não teve consenso no Fórum Nacional de Educação. Então, nós vamos trabalhar na construção de emendas.

Além disso, nós vamos ter que tratar também do papel das Conferências, porque elas não têm sentido se não servirem de parâmetros para as políticas públicas. Se elas forem apenas um encontro para que os movimentos sociais, as entidades de educação, os diferentes sujeitos discutam a educação, não deixará de ser um espaço privilegiado, mas sem consequência nenhuma.

Nós ficamos chateados com a forma como o Executivo tratou a Conferência passada. Por isso, tivemos que fazer

"As Conferências não têm sentido se não servirem de parâmetros para as políticas públicas".

“O papel das Conferências ainda

mais de 3 mil emendas à proposta inicial do PNE, pois o Executivo não tomou como parâmetro a discussão da CONAE. Isso mostra que o papel das Conferências ainda não é uma questão política acertada. Eu acho que a Conferência deve discutir isso, deve ser um dos pontos de pauta.

Recentemente o Governo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 4372/12 que cria o INSAES (Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior).

Qual é a opinião da CONTEE a respeito desse Instituto?

Madalena Guasco Peixoto: A opinião da CONTEE é que a gente precisa melhorar a re-

gulação e a supervisão da educação superior. Hoje nós temos um sistema muito complexo, enorme, com muitas instituições, muito diferentes entre si. 78% das matrículas estão no setor privado e esse sistema tem que ser avaliado. Mas não basta só avaliar. Você tem que avaliar e dar consequências. Quem dá consequência às avaliações é a regulação e a supervisão. E o próprio MEC avalia que ele é fraco para dar conta disso tudo. Então, você diagnostica problemas em universidades que têm nota 2 na avaliação, o MEC promove a diligência, coloca exigências para que ela melhore a sua qualidade e não tem condições de acompanhar e supervisionar? Apesar disso, temos que considerar que o Ministério tomou medidas muito sérias com relação a algumas instituições, proibiu vestibulares etc. Mas, dada a complexidade do sistema, as pernas do MEC são muito curtas.

Nosso interesse é que se melhore a fiscalização, regulação e supervisão. Se para isso é necessária a criação de uma autarquia, que se dê prioridade a isso e coloque lá funcionários de carreira com esse objetivo de supervisão e regulação. Se for para melhorar, consideramos correto.

Entretanto, temos algumas preocupações. A primeira é não rebaixar o papel da avaliação. Avaliação já é lei de Estado e já tem a CONAES e o SINAES. A CONAES tem sido responsável pela elaboração dos ciclos avaliativos, colocando em prática o SINAES e tem feito isso de forma competente. Tão competente que tem criado desassossego no que existe de mais mercantilista na educação superior. E tem batido na tecla, que é conceitual e de essência, que diz que avaliação não é regulação.

Avaliação tem que ser mais do que a lei exige. Se a lei hoje exige, por exemplo, que a instituição de tipo universitário tenha um terço de mestres e doutores, e isso está na lei, a avaliação

“Dada a complexidade do sistema, as pernas do MEC são muito curtas”.



“não é uma questão política acertada”.

considera isso como básico, mínimo. Portanto, não vai dar cinco, se só tiver um terço de mestres e doutores. Vai ter cinco quem tiver mais de 50%, mais dedicação exclusiva. Porque é um critério de qualidade não de regulação. Então, o medo que a CONTEE tem é de que, ao juntar numa autarquia as duas coisas, avaliação e regulação, seja diminuído o papel da avaliação e seja confundido com o papel da regulação.

O segundo receio é de que a CONAES venha a se tornar um órgão dentro da autarquia. A CONAES é um órgão de Estado, cujo objetivo é promover os ciclos avaliativos da educação superior. Ela tem que ser autônoma, ter paridade, ser composta por membros da sociedade, reconhecida no meio científico e acadêmico, os notórios saberes, ter a representatividade estudantil, dos técnicos administrativos e dos docentes, e a representatividade do Ministério da Educação, através das Secretarias correlatas à avaliação, como órgão de Estado. Nossa preocupação é porque eles colocam a CONAES dentro da autarquia.

Mas temos também muitos elogios. A Lei exige para credenciamento e recredenciamento certidões de regularidade fiscal perante as fazendas federal, estadual e municipal e certidão de regularidade perante a seguridade social, o fundo de garantia de tempo de serviço e justiça do trabalho. Isso é um avanço importantíssimo.

Outra questão importante é que o MEC passa a exigir que qualquer fusão seja previamente autorizada pelo Ministério. Isso mexe diretamente com os interesses do patronal, que vem fazendo essas fusões através de grupos internacionais, muitas vezes mudando a manutenção, o projeto político pedagógico, demitindo doutores, o núcleo estruturante dos cursos, sem comunicar ao MEC, logo após a avaliação feita pelo INEP. Isso é outro grande avanço.

Por que o patronal se manifestou contra a criação do INSAES?

Madalena Guasco Peixoto: A primeira razão é em função dessa necessidade de autorização do Ministério para as fusões das Instituições. Eles acham que isso fere a Constituição e a autonomia universitária. Na verdade, não fere nem uma coisa nem outra. Porque eles têm direito constitucional de existir, mas eles são ligados às leis da educação nacional. Portanto, se passa a ser lei a avaliação,



eles têm que se submeter à avaliação, porque fazem parte do sistema nacional da educação superior. A mesma coisa se se cria a autarquia.

O outro motivo são as exigências das certidões. Sem contar as multas para quem infringir normas legais, educacionais de supervisão e fiscalização de 5 a 500 mil reais, além de sansões como descredenciamento institucional e suspensão de dirigentes e representantes legais para as atividades de gestão em instituições de educação de dois a dez anos, entre outras. E ainda haverá a taxa para a avaliação in loco no valor de 20.000 mil reais.

Por isso, eles estão atacando o projeto. E a forma que eles têm de atacar é atuando no Parlamento, construindo emendas ao PL e depois tentando impedir que seja aprovado, usando o forte lobby que eles têm e que nós conhecemos muito bem. ◉

“A CONAES tem sido responsável pela elaboração dos ciclos avaliativos, colocando em prática o SINAES e tem feito isso de forma competente”.

Sinpro Goiás realiza seminário sobre Trabalho Decente para Docentes

A luta do Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (Sinpro Goiás) por melhores condições de trabalho para professores conheceu um importante avanço com a realização do seminário Trabalho Decente para Docentes e Auxiliares de Administração Escolar.

O evento se realizou em 17 de outubro de 2012 e fez parte da Semana do Professor. O seminário, que contou com o apoio da Faculdade de Educação da UFG, teve a coordenação da Superintendência Regional do Trabalho em Emprego em Goiás (SRT/GO) e do Sinpro Goiás, e integrou as atividades da Agenda Goiana do Trabalho Decente, reunindo professores, auxiliares de administração escolar, gestores, empresários do ramo da educação e sindicatos patronais para um amplo debate sobre condições de trabalho, nas instituições de ensino em Goiás, com as autoridades do Tribunal Regional do Trabalho em Goiás 18ª Região (TRT), e Ministério Público do Trabalho em Goiás - 18ª Região (MPT).

Seminário levou também o timbre da ConTEE, entidade a que o Sinpro Goiás é filiado. Conforme salienta o professor Alan Francisco de Carvalho, presidente do Sinpro Goiás, a Agenda do Trabalho Decente para Docentes terá amplo desdobramento, no próximo ano, como parte da luta sindical visando a assegurar aos professores melhores condições de trabalho, com liberdade de cátedra, equidade, segurança e salários dignos.

Ademar Fraga



Mesa diretora do Seminário do Sinpro-GO

Sinpro PE pauta campanha salarial 2012 pela igualdade de gêneros

A batalha pela igualdade de gênero e equiparação salarial entre homens e mulheres é uma bandeira levantada há tempos pelo movimento sindical. Mas este ano, o Sindicato dos Professores do Estado de Pernambuco (Sinpro PE) deu um passo à frente, saiu na vanguarda e pautou a coerência do eixo da luta de classes em 2012.

Uma parceria com o DIEESE – que realizou pesquisa detalhada a pedido do Sinpro Pernambuco –, identificou numericamente o que já era visível; mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho e representam mais da metade da população desempregada. E, quando empregadas, recebem os menores salários.

Mas para identificar as questões de gênero dentro das nuances da categoria é preciso certa sensibilidade a perceber a linha tênue entre injustiça pura e injustiça pautada pelo preconceito. O abismo entre os salários dos docentes da educação infantil nível I e II e os que lecionam no ensino fundamental e médio só vinha aumentando. Isso porque, estatisticamente na educação infantil é onde está o maior número de professoras mulheres; o dado pode chegar a até 85%.

E o que já era ponto de pauta de reivindicação – e equiparação do piso salarial independente dos níveis –, tornou-se uma questão também de gênero e de luta contra o preconceito na categoria. Durante meses de campanha salarial árdua – incluindo dias de paralisação e greve. Foram 13 rodadas de negociação com o patronato, muitos piquetes e uma mobilização de quase 80% das escolas de Pernambuco; onde o principal item da pauta era a extinção dos níveis e o pagamento de um piso salarial unificado aos professores.

Ao final, conquistas, repercussão e uma luta que ultrapassou as fronteiras do Estado de Pernambuco. E apesar de aumentos diferenciados e da manutenção dos níveis por parte do patronato; professores da Educação Infantil e Fundamental I receberam aumento 10% maior que os demais níveis; iniciativa que alavancou o processo de equiparação no salário final dos professores, que são professores e merecem respeito em qualquer nível, em qualquer gênero e em qualquer estado deste País.

Sinpro-SP comemora o Dia do Professor com palestra especial e grande festa



Rosana Vilas

O Dia dos Professores foi comemorado em grande estilo pelo Sinpro-SP. No dia 11 de outubro, os professores assistiram a uma palestra do escritor e jornalista Ruy Castro, que falou sobre como “o pior aluno que já passou pelos bancos escolares brasileiros” - ele próprio, numa avaliação rigorosa - desenvolveu tal amor pelos livros, respeito pelos educadores e o orgulho de, às vezes, ser chamado de professor.

As comemorações foram coroadas com um baile inesquecível, uma baita balada, que aconteceu no dia 13 de outubro, no E.C. Barnespa, na capital paulista. Neste dia, o professor foi o grande homenageado, festejando o seu dia.

Sinpro Bahia realiza 18ª Jornada Pedagógica

O SINPRO-BA realizou nos dias 12,13 e 14 de setembro a sua XVIII Jornada Pedagógica. Garantida em Convenção Coletiva, a atividade, realizada há pelo menos 18 anos, tem como propósito debater as demandas pedagógicas e seus desdobramentos na saúde do professor. Em 2012, a Jornada foi construída em torno do tema: O professor titã – Será a nossa lida transformada na suprema missão de sustentar o mundo nas costas?

A participação da categoria nas mesas de interesses e oficinas foi considerada excelente pela diretoria do SINPRO-BA, que também ressaltou a importante participação e colaboração dos diretores da CONTEE Adércia Hostin e Manoel Henrique, do advogado e assessor jurídico da Confederação, José Geraldo Santana, e dos diretores da CUT Nacional, Alfredo e Daniel Gaio.



Mesa de debate da 18ª Jornada Pedagógica do Sinpro Bahia

Diretores da Fitrae MTMS articulam-se por melhorias trabalhistas



Diretoria Plena da Fitrae MTMS reunida em Campo Grande/MS

No dia 20 de outubro aconteceu a VIII Reunião da Diretoria Plena da Fitrae MTMS, na sede da federação, em Campo Grande (MS). O encontro foi marcado pela articulação e diálogo sobre as questões trabalhistas que envolvem a categoria.

Os diretores abordaram temas como aposentadoria, resoluções do Tribunal Superior do Trabalho, demissão em massa e analisaram os Projetos de Lei em tramitação. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi amplamente discutido. Os diretores se comprometeram a intensificar a pressão sobre os senadores dos seus Estados para que o Plano seja aprovado sem alterações.

“As reuniões promovidas pela Federação são importantes para toda a categoria, afinal, resultam em estratégias e ações direcionadas a atender as reivindicações dos trabalhadores”, enfatiza o presidente da Fitrae MTMS Eduardo Botelho.



Comemoração dos 30 anos do Sintep Vales

Sintep Vales comemora 30 anos

O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Privado dos Vales do Rio Grande do Sul está comemorando o seu 30º aniversário. Fortalecendo cada vez mais a união dos trabalhadores, o Sintep Vales preparou uma programação comemorativa neste mês de outubro.

Para mostrar ao associado lutas e conquistas destas três décadas, uma exposição foi realizada no início deste mês, apresentando fotos desde a fundação do Sindicato, em 1982, além de vídeos, revistas, entre outros.

No entanto, o grande momento foi o jantar baile do Sintep Vales, realizado no último dia 6 de outubro. Além do sorteio de dezenas de brindes, várias pessoas que contribuíram para o crescimento do sindicato foram homenageadas no evento. Para maiores informações acesse <http://www.sintepvales.org.br>



FETEESUL promove Semana da Consciência Profissional

Na semana em que se comemora o Dia do Professor, de 15 a 20 de outubro, a Fetee/Sul, em conjunto com o Sinpro/RS e o Sinpro Noroeste, provocou uma reflexão sobre a condição profissional dos professores do ensino privado, a partir de cinco temas de grande repercussão para os profissionais: salário, saúde, excesso de alunos por turma, excesso de trabalho extraclasses e violência contra o professor. Trata-se da Semana da Consciência Profissional.

Os dirigentes do Sinpro intensificaram as visitas aos professores diretamente nas instituições de ensino, propondo uma discussão sobre as condições de trabalho e o protagonismo do professor. Por outro lado, uma campanha de mídia externa alertou à sociedade gaúcha, neste momento em que está se discutindo a qualidade da educação, que o professor é peça fundamental neste processo e deve ter respostas para melhorar a qualidade de ensino.

Na mesma semana, desenvolveu-se também uma atividade direcionada aos trabalhadores técnicos e administrativos.

Nova diretoria do SAEP-DF toma posse em novembro

A nova diretoria do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar em Estabelecimentos Particulares de Ensino no Distrito Federal (SAEP-DF), para o triênio 2012-2015, toma posse no dia 18 de novembro, em Brasília.

O pleito que elegeu os novos integrantes efetivos e suplentes da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Delegados representantes na Federação aconteceu nos dias 6 e 7 de agosto. A Chapa 1: Renovação e Transparéncia foi eleita com 94,45% dos votos válidos.

Mário Lúcio Souto Lacerda, presidente eleito do SAEP-DF, ressalta que esta votação consagradora foi mais um passo em direção à consolidação da organização dos profissionais da educação no DF. "O Sindicato entra agora num novo momento, de modo a tornar a entidade mais forte e preparada para enfrentar os novos desafios", disse Lacerda.



Mário Lúcio Souto Lacerda – presidente eleito do SAEP-DF

Sinpro-Rio: Baile do Mestre – Os bons tempos voltaram!

Foi um sucesso o “Baile do Mestre – Os bons tempos voltaram!”, que aconteceu no dia 19 de outubro, às 21 horas, na Estudantina, Centro do Rio. Promovido pelo Sinpro-Rio, o baile contou com a banda Samba Disco, em repertório que remetia às décadas de 1960, 70 e 80 e também teve a participação de um DJ. Esta foi a segunda edição do Baile, que foi retomado em 2011, após 12 anos. Diversos professores aproveitaram a ocasião para relaxar, rever amigos e dançar.

Presente ao evento, o vereador Reimont (PT), destacou que o Sindicato tem uma trajetória de luta pelos direitos trabalhistas dos professores. “Também é preciso saber que toda luta merece um descanso. E não é um descanso para deixar de lutar, é, na verdade, para se revigorar. Então o encontro, o lazer, o encontro mais lúdico, a descontração energiza o professor, o trabalhador, para que ele possa levar adiante a sua luta, que é tão grande”, ponderou o parlamentar, que deu parabéns ao Sindicato por saber lutar e celebrar. “Dia 15 de outubro foi dia do professor, da professora, não poderíamos deixar passar em branco”, falou.

A professora Maria do Carmo Almeida Maia também considerou o baile muito importante: “É muito bom, porque a gente se



encontra, participa e é feliz aqui”, salientou. A educadora Eunice de Castro Carvalho ressaltou que a confraternização é positiva dentro desta categoria profissional: “prazer, diversão e amizade são muito importantes para os professores.” O acesso à cultura foi lembrado pela professora Amanda Mendonça: “O Sindicato tem como papel a conquista de direitos e a luta política, mas o acesso à cultura também é uma luta política e esse espaço é um espaço de integração também, por isso é importante”, concluiu.



Atividades em comemoração ao Dia do Professor no Sinpro ABC

Dia dos Professores: SINPRO ABC reúne mais de 1.200 convidados em jantar dançante

O dia dos professores foi comemorado em grande estilo na região do ABC Paulista. Mais de 1.200 convidados participaram do baile promovido pelo Sindicato dos Professores do ABC, na noite do dia 20 de outubro, no Restaurante Florestal. O tradicional evento trouxe tema “Heróis e Personagens que marcaram a infância”.

Outras atividades também foram oferecidas aos associados, como o Simpósio dos docentes da rede Sesi (24 de outubro) e a Oficina de Grafite e Arte Urbana, com o artista Plástivo Thiago Vaz (27 de outubro).

Para conferir todas as fotos dos eventos, acesse www.sinpro-abc.org.br.

Por que a margem de lucro das escolas *nunca entra na discussão?*

Por André Jorge Marinho

Em artigo, diretor da CONTEE fala sobre a relação entre o reajuste das mensalidades e a alta lucratividade das Instituições de Ensino – destacando a necessidade de mobilização da categoria.

Em matéria publicada no jornal Metro do Rio de Janeiro, no dia 24 de setembro: “Escola particular pode subir 15% no ano que vem”, a Federação Nacional das Escolas Particulares – FENET anunciou que as mensalidades terão aumento motivado pela inflação oficial – IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) previsto para 2013 em 5,5%. Além do IPCA, o patronal justifica o aumento

prevendo o reajuste salarial dos professores e administrativo, além de despesas com luz, IPTU, água, telefone, entre outros tributos.

Olhando com atenção para o argumento patronal, encontramos alguns problemas. A presidente Dilma apresentou, no dia 6 de setembro de 2012, a Medida Provisória 579/2012 para a redução das tarifas de energia elétrica de 16,2% nas residências e de 28% para as empresas, a partir de janeiro de 2013. Olhando apenas para esse ponto, já é possível perceber que a conta patronal não fecha.

As escolas privadas utilizam o IPCA para calcular as perdas inflacionárias do período. Mas são as planilhas de custos de cada estabelecimento de ensino privado o instrumento utilizado para aplicar os reajustes das mensalidades.



Vale destacar que o IPCA acumulado (maio de 2011 e a abril de 2012) foi de 4,99% e o INPC, do mesmo período, de 4,78%. Esse comentário é importante porque o índice usado para o reajuste salarial das categorias profissionais é o INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor). Então, se o IPCA for maior que o INPC em abril de 2013, o reajuste dos professores do setor privado será por qual índice? O maior ou o menor? A resposta é clara para o patronal.

Continuando a análise do argumento da FENET, o IPTU poderá ter uma elevação de até 25%, contribuindo no reajuste das mensalidades. Essa informação não dialoga com a previsão de aumento do IPTU, a não ser que o reajuste proposto contemple o retroativo, uma vez que o índice de 25% foi aplicado em 2010. Aliás, foi a última grande alta registrada no país. O argumento do IPTU serve apenas como cortina de fumaça. Por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro reajustou o IPTU em 6,5% em janeiro de 2012. Em todo o país, entre 2011 e 2012, o aumento do IPTU acompanhou a inflação (IPCA) e a previsão para 2013 será manter a mesma linha.

Calibrando o olhar para esses pontos destacados, veremos que o problema é outro. Cabe lembrar que todos os reajustes que as escolas particulares apresentam como justificativa para o aumento das mensalidades a classe trabalhadora também terá. O que não está no argumento da FENET é qual será a margem de lucro das empresas? Essa é a grande discussão.

Retomo o debate do IPCA. Esse índice considera nove grupos de produtos e serviços: alimentação e bebidas; artigos de residência; comunicação; despesas pessoais; educação; habitação; saúde e cuidados pessoais; transportes e vestuário. Logo, o índice contempla os pontos levantados pelo patronal. Retirando o IPCA de 5,5% previsto para 2013, o que sobre é a margem de lucro do empresariado. A cesta de justificativas do patronal para o aumento da mensalidade reforça a busca pelo lucro e a transformação do ensino em mercadoria.

A apropriação da mais valia do trabalhador produz a riqueza patronal e, como consequência, o adoecimento dos/as professores/as. A categoria está cada vez mais exposta ao assédio moral, ao adoecimento e às jornadas prolongadas nos vários locais de trabalho, motivados pelos baixos pisos pagos nas escolas privadas. Sem contar o tempo não remunerado para correções, planejamento e preparação de provas em detrimento do convívio familiar. Todo o cenário apresentado configura o verdadeiro quadro de trabalho indecente dos profissionais de educação do setor privado do Rio de Janeiro.

Para o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região, o ano de 2013 já começou. Pelo menos no que se refere à discussão da Campanha Salarial dos professores das

escolas particulares do Rio de Janeiro.

O acerto político do Sinpro-Rio na antecipação da discussão salarial, como ocorreu em 2011 e 2012, possibilitou construir o acordo com a manutenção das cláusulas sociais, reposição salarial com base na inflação e, mesmo que pequeno, um ganho real. Essas conquistas foram obtidas através de muita luta e diálogo com a sociedade sobre as condições precárias de trabalho que a categoria está submetida.

A mobilização da categoria é central para a campanha de 2013. Lutar para conquistar o reajuste e construir cláusulas que garantam ambiente democrático de trabalho são elementos capazes de organizar a dignidade e qualidade de vida para a classe trabalhadora. A equiparação salarial dos/as professores/as da educação infantil ao ensino médio precisa ganhar volume e desmascarar que a diferença no piso se estabelece por questões de gênero. Afeta principalmente as mulheres da nossa categoria, porque é na Educação Infantil e no primeiro segmento do Ensino Fundamental que a maioria delas se encontra.

Vamos colocar esse debate nas salas de professores e com a sociedade para construir uma campanha salarial vitoriosa. A nossa luta não é apenas por salário, mas para a defesa da igualdade de gênero e de condições de trabalho. **c**



* André Jorge Marinho
é Professor de História
e Diretor do Sinpro-Rio,
CUTRJ, CUT Brasil e
CONTEE.

Realizado em São Paulo/SP, o 8º Congresso da CONTEE reuniu, nas dependências do Hotel Bourbon Convention Ibirapuera, 671 delegados e delegadas de 78 entidades e federações filiadas à Confederação, vindos de todas as regiões do Brasil, entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro, no maior fórum deliberativo da entidade.

8º CONATEE projeta lutas e desafios da Confederação



A solenidade de abertura contou com a presença de autoridades e representantes de entidades dos movimentos sociais e sindicais. A mesa principal foi composta por Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da CONTEE; Carlos Ramiro Castro, assessor do Ministério da Educação; Wellington Gomes, Vice-presidente da CEA (Confederação de Educadores Americanos); Antonio Lisboa Vale, Secretário de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Eduardo Oliveira, presidente do Proifes-Federação; Comberty Rodrigues; Coordenador Regional da Internacional da Educação para América Latina (IEAL); Quintino Severo, Secretário de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Wagner Gomes, Presiden-

te da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Manoel Messias Melo, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Daniel Cara, Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Artur Costa Neto, Vice-presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); e Celso Napolitano, Presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

8º CONATEE

Educação como prioridade: o desafio para o Brasil que se desenvolve



Fotos TREEMIDIA

● Conjuntura Nacional e Internacional

O tema de conjuntura nacional e internacional inaugurou os debates do Conatee, após brilhante palestra do Professor Ladislau Dowbor, economista e professor da PUC-SP. Dowbor falou sobre os grandes dilemas enfrentados no Brasil e no mundo, destacando aspectos do consumo mundial. Após a exposição, foram apresentados e aprovados os regimentos interno e eleitoral. Seguido da apresentação, debate e aprovação da tese sobre conjuntura nacional e internacional.

Entre as principais resoluções aprovadas estão: a articulação do Brasil com o Mercosul e com os Brics (bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); a rediscussão do papel da ONU, com o objetivo de democratizá-la; o repúdio ao Golpe de Estado no Paraguai; a defesa da garantia de emprego e proibição de demissões sem justa causa; o fim do fator previdenciário; além da promoção do desenvolvimento ancorado no crescimento econômico, com o avanço das políticas voltadas para o combate à pobreza.





● Balanço de gestão e educação

No segundo dia de atividades, os participantes debateram e aprovaram o balanço de gestão do último triênio (2009/ 2012) e as questões educacionais. Destaque para a luta pela aprovação do Projeto de Lei 8035, que cria o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

A tese educacional aprovada lançou desafios para o próximo período e apresentou um balanço das principais atividades realizadas na gestão, como: os encontros, em parceria com o MEC, no processo de preparação da delegação, que culminou em participação destacada da CONTEE na Conferência Nacional de Educação (CONAE); a participação da entidade em atividades internacionais; a composição do Fórum Nacional de Educação; o desenvolvimento da Campanha “Educação não é mercadoria”; e o prosseguimento do trabalho de representação da entidade na CONAES e CONAP.

● Reformulação Estatutária

Importantes alterações estatutárias, que ajustaram o funcionamento da entidade, foram aprovadas neste 8º Congresso da CONTEE. Um dos pontos de destaque foi a alteração na composição da nova diretoria plena – que passou a ter 43 membros efetivos, para mandato de 4 anos. Por sua vez, a diretoria executiva passou a 15 membros, que ocupam a Coordenação Geral e 14 Secretarias. Foi aprovado ainda um fórum consultivo das federações com o objetivo de aproximar e fortalecer as políticas da Confederação junto às suas entidades de base.



● Organização sindical e relação com as Centrais

A questão da organização e estrutura sindical foi apresentada, debatida e aprovada reforçando a luta pela unicidade sindical e contra o fim da contribuição sindical. Neste ponto, seguindo deliberação aprovada no 7º Congresso da CONTEE, foi debatida a relação da Confederação com as centrais sindicais. A maioria da plenária votou pela desfiliação da CONTEE à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ressaltando o respeito à autonomia das entidades e auxiliando a unificação dos trabalhadores.



● Eleição

Por fim, três chapas concorreram às eleições para nova direção.

A chapa 1, chamada “Somos fortes, somos CONTEE!”, encabeçada por Cassio Bessa, recebeu 160 votos.



A chapa 2, chamada “Fortalecer a CONTEE”, liderada por Fabio Zambon, obteve 192 votos.



A chapa 3, chamada “Ação Classista”, foi vitoriosa, reelegendo a professora Madalena Guasco Peixoto como Coordenadora Geral da CONTEE, com 306 votos.



Seguindo a proporcionalidade estatutária, após eleição a CONTEE passou a ter membros das 3 chapas concorrentes, ficando com a seguinte composição na diretoria executiva: Madalena Guasco Peixoto, Cássio Filipe Galvão Bessa, Fabio Eduardo Zambon, Cristina Castro, Adercia Bezerra Hostin, Wanderlei Julio Quedo, José Jackson Bezerra, José Ribamar V. Barroso, José Carlos Areias, João Batista da Silveira, Nara Teixeira de Souza, Rita de Fraga Almeida Zambon, Maria Clotilde Lemos Petta, Luiz Gambin e Rodrigo Pereira de Paula. A relação completa da diretoria eleita pode ser conferida na página 2.

FENPROF relata à CONTEE dificuldades enfrentadas pelos professores portugueses

FENPROF



Em carta endereçada ao 8º CONATEE, a Federação dos Professores (FENPROF) de Portugal informou as duras razões que impediram o comparecimento de seu representante na atividade. De acordo com o Secretário-Geral da FENPROF, Mario Nogueira, “Portugal vive hoje um tempo muito difícil. Alvo de especuladores, agiotas e, sobretudo, vítima da ganância do capital”. Segundo o dirigente, “as políticas de direita (...) estão a criar uma situação insustentável para os trabalhadores em geral, que se reflete fortemente no setor dos professores”.

Ele enfatizou a importância da solidariedade internacional. “Foi muito importante a solidariedade que temos recebido dos companheiros brasileiros e também ela nos tem dado mais força para continuarmos uma luta que não está a chegar ao fim, pelo contrário”.

As entidades interessadas em enviar mensagem de solidariedade aos professores portugueses podem encaminhar e-mail para contee@contee.org.br – solicitando o repasse à Federação.

Congresso Mundial de Professores na Venezuela recebe delegação brasileira

Dirigentes da CONTEE e de entidades filiadas participaram, entre os dias 19 a 20 de setembro, do Congresso Mundial de Professores, promovido pela FISE (Federação Internacional de Sindicatos da Educação), FSM (Federação Sindical Mundial) e SINAFUM (União Nacional Força Unitária Magistral da Venezuela), realizado em Caracas, na Venezuela. Estiveram presentes na atividade: o diretor da CONTEE e presidente da FITEE, Edson de Paula Lima; o diretor da CONTEE e presidente do Sinpro Campinas, Claudio Jorge; o diretor do Sinpro Campinas, Paulo Nobre; a diretora da Fepesp, Conceição Aparecida Fornasari; e as diretoras do Sinpro-Minas, Márcia Machado e Celina Arêas.

O Congresso contou com a participação de representantes de todos os continentes, em 32 países, entre eles: Uganda, Zimbabwe, Camboja, Índia, Israel, Grécia, Itália, Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Uruguai e Venezuela. Durante os debates, as delegações discutiram as questões que atingem a educação no mundo, a fim de construírem um plano de ação sindical. Além da eleição de um Comitê Administrativo e uma comissão financeira da FISE.



Delegação brasileira presente na atividade em Caracas, na Venezuela

Encontro internacional debate educação superior



IE

A CONTEE, representada pela Secretária de Assuntos Educacionais da entidade, Adércia Hostin, levou à comunidade educacional internacional as mais recentes informações da luta da entidade contra a mercantilização da educação e o avanço do processo de financeirização do setor privado de ensino superior. O tema mereceu destaque durante a realização da VIII Conferência Mundial de Educação Superior e Pesquisa, organizada pela International de Educação (IE) e pela entidade anfitriã Federação Nacional de Docentes Universitários (CONADU), em Buenos Aires, Argentina.

De 25 a 27 de setembro, mais de cem representantes de sindicatos de educação filiados à IE de países da Ásia, África, Caribe, Europa, América do Norte e América Latina reafirmaram a defesa da educação pública como

direito a ser garantido pelo Estado. Entre as resoluções da atividade destaca-se a recomendação às entidades filiadas à IE de reforçar a cooperação e o intercâmbio de informações e boas práticas em torno das campanhas, da sindicalização, das negociações coletivas e da promoção da equidade no setor.

Na véspera da atividade, ocorreu uma reunião especial, com representantes dos sindicatos de educação superior da América Latina. As intervenções dos participantes demonstraram a realidade diversa das lutas educacionais. Enquanto países como a Argentina estão buscando avanços no investimento em educação superior pública, com a conquista de significativos pactos setoriais, a Colômbia continua enfrentando dificuldades, como a perseguição político sindical e a privatização do setor.



Brasília/DF sediou a primeira reunião da nova diretoria executiva da CONTEE

A capital federal recebeu no dia 13 de setembro a primeira reunião da nova diretoria executiva da Confederação – eleita no 8º Congresso da entidade, ocorrido entre os dias 31/08 e 02/09. Além de realizar um balanço e uma avaliação positiva do CONATEE, com elogios à organização da atividade deliberativa, os dirigentes iniciaram o planejamento das primeiras atividades da nova gestão (2012/2016) – dando cumprimento aos compromissos anteriormente previstos.

Na ocasião, ficou registrada uma alteração da composição da diretoria executiva, sendo que Nara Teixeira assumiu a Secretaria de Assuntos Institucionais e José Jackson Bezerra assumiu a Secretaria de Políticas Sociais. A direção executiva também convocou a primeira reunião da nova diretoria plena da entidade para os dias 9 e 10 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ.



Reunião da Rede de Trabalhadoras da IEAL aconteceu em São Paulo/SP

Rosana Vilas

8ª Conferência Nacional de Educação da CNTE homenageia Paulo Freire

Dirigentes da CONTEE participaram, entre os dias 19 e 21 de setembro, da 8ª Conferência Nacional de Educação, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em parceria com a Internacional da Educação para a América Latina (IEAL).

A atividade, ocorrida em Recife-PE, contou com a participação da Secretária de Assuntos Educacionais da CONTEE, Adércia Hostin, do Secretário de Políticas Sociais, Jackson Bezer-
ra, do diretor Manoel Henrique da Silva Filho, e dos dirigentes sindicais: José Geraldo Evangelista e Helmilton Jose Gonçalves Beserra.

A 8ª Conferência levou o nome do educador Paulo Freire, que no dia 19 de setembro teria completado 91 anos. Nascido em Recife, Freire foi um dos maiores nomes da história da educação brasileira e mundial.

Arquivo CONTEE



Mesa de abertura da 8ª Conferência Nacional de Educação em Pernambuco



Dirigentes da CONTEE participam de atividade da IEAL

Discutir a presença e a perspectiva de atuação da Rede de Trabalhadoras da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL) no fortalecimento sindical do Cone Sul. Esse foi um dos objetivos da reunião realização pelo Comitê regional da IEAL, entre os dias 24 e 26 de outubro, em São Paulo/SP, com representantes da região. A Secretária de Comunicação Social da CONTEE, Cristina Castro, e a Secretária de Gênero e Etnia da entidade, Rita Fraga Zambon, representaram a Confederação na atividade.

O encontro promoveu o aprofundamento da reflexão e do posicionamento da Rede Regional sobre a defesa da educação pública, dos direitos das trabalhadoras e o fortalecimento sindical frente ao desenvolvimento do movimento pedagógico latino americano. latino americano. s de entidades filiadas à CONTEE. A atividade contou com mesas de debates que discutiram conjuntura política, perfil da categoria e o papel da CONTEE. Na ocasião, os participantes foram divididos em grupos de debate para a formulação de propostas e análises, que foram encaminhadas à direção da entidade.

Secretário de Regulação do MEC recebe CONTEE

Arquivo CONTEE



Secretário de Regulação do MEC recebe CONTEE em Brasília-DF

Uma delegação da CONTEE foi recebida no dia 27 de setembro em audiência com o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Jorge Rodrigo Araújo Messias. No encontro, os representantes da Confederação levaram ao conhecimento do Secretário uma série de denúncias a respeito de irregularidades cometidas por Instituições de Ensino Superior, em especial no que se refere à demissão de mestres e doutores, após as avaliações do Ministério.

Atendendo à solicitação da CONTEE, no sentido de intensificar a fiscalização e o combate a essa prática, Messias anunciou mudanças no sistema de cadastramentos eletrônico das Instituições no Portal do MEC, o chamado e-MEC.

A CONTEE foi convidada a testar as novas funcionalidades do sistema. “Já dissemos que iremos participar porque consideramos de fundamental importância estas modificações que estão sendo concretizadas pela Secretaria de Regulação”, declarou a Coordenadora Geral da Confederação, Madalena Guasco Peixoto.

TV CONTEE fala sobre o 8º CONATEE e entrevista Ministro do Trabalho

O mais recente programa da TV CONTEE Online, exibido no início do mês de outubro, levou aos internautas uma reportagem especial sobre a realização do 8º Congresso da Confederação – destacando o depoimento das autoridades que participaram da solenidade da abertura da principal atividade deliberativa da CONTEE.

É possível conferir ainda uma entrevista exclusiva com o Ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto, a respeito dos desafios da pasta no próximo período. Para assistir à TV CONTEE basta acessar o Portal da entidade na internet: www.contee.org.br

Primeiras impressões sobre

As mudanças promovidas na *jurisprudência do TST*

Por Dr. José Geraldo de Santana Oliveira



Estão entre os temas deliberados pelo Tribunal Superior do Trabalho questões como: salário docente, estabilidade da gestante, estabilidade do dirigente sindical, jornada de trabalho e aviso prévio proporcional.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizou, no período de 10 a 14 de setembro corrente, a semana de atualização de sua jurisprudência. Os resultados, mais uma vez, não corresponderam à expectativa dos trabalhadores e de suas organizações sindicais.

Porém, não se pode deixar de registrar e louvar as mudanças promovidas nas súmulas 10, 244, 277, 369 e 378, notadamente, nas três primeiras e na última.

2 - A Súmula 10, que trata da garantia de salários, de professores, no caso de demissão ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares, foi acrescida da garantia de aviso prévio, cumulado com aqueles, ficando assim a nova redação:

“O direito aos salários assegurados (artigo 322 da CLT), caput e parágrafo 3º da CLT) não exclui o direito também ao aviso prévio, na hipótese de dispensa sem justa causa ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares”.

2.1 - Agora, com a nova redação da Súmula 10, não há mais controvérsia, professor dispensado, sem justa causa, ao término do semestre letivo ou no curso das férias escolares, faz jus aos salários do período, cumulados com o aviso prévio. Isto porque são institutos jurídicos distintos, com finalidades e objetivos, igualmente, distintos.

2.2 - O aviso prévio é direito genérico, que alcança a todos os empregados. Já o recesso escolar é específico dos professores.

3 - A Súmula 244, que trata da estabilidade provisória da gestante, com a nova redação, assegura esta garantia, também, àquelas que se acham submetidas a contratos por prazo determinado. Alterou-se o item III, desta Súmula, que excluía esta garantia.

3.1 - A destacada Súmula passou a ter a seguinte redação:

“GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA

I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, “b” do ADCT).

II - A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

III - A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art.10, inciso II, alínea b, do ADCT, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado”.

3.2 - Este no entendimento do TST possui largo alcance social, vindo beneficiar significativa parcela de mulheres, antes duplamente prejudicada: pelo próprio contrato por prazo determinado e pela restritiva interpretação dos direitos por ele abrangidos.

3.3 - Com a nova redação da discutida Súmula, não mais haverá rescisão de contrato de empregada

“Os resultados não corresponderam à expectativa dos trabalhadores e de suas organizações sindicais” – Dr. José Geraldo de Santana Oliveira

grávida, desde a confirmação da gravidez, até cinco meses após o parto, ainda que este contrato seja de experiência.

3.4 - Registra-se, desde logo, que a realçada garantia não converte os contratos por determinado em contratos sem prazo. Apenas, suspende a rescisão deles, ao longo de todo o período de estabilidade provisória.

3.5 - Encerrado o período de estabilidade, o contrato pode ser rescindido, sem aviso prévio e sem a indenização de 40% do FGTS. Isto, claro, se ele não for fraudulento. Ou seja, se preencher todos os requisitos do Art. 443, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

3.6 - Salienta-se que, para a aplicação da nova garantia, não importa se o início da gravidez deu-se antes ou no curso do contrato por prazo determinado. O que importa é o seguinte: não se rescinde contrato de empregado gestante, durante todo o período de estabilidade, que, nos termos do Art. 10, inciso II, alínea ‘b’, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), começa com a confirmação da gravidez e estende-se até que se completem cinco meses após o parto.

4 - Alterou-se, igualmente, a Súmula 378, para acrescentar-lhe o item III, que assegura aos empregados, de qualquer sexo, sob contrato por prazo determinado, o direito à estabilidade de que trata o Art. 118, da Lei N. 8.213/91, que é de 12 (doze) meses após o término do auxílio doença acidentário.

4.1 - Ao item acrescido deu-se a seguinte redação:

“III - O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego, decorrente de acidente de trabalho, prevista no art. 118 da Lei nº 8.213/1991”.

4.2 - Aplicam-se a esta garantia os mesmos preceitos daquela dada à empregada gestante, com a diferença de que a estabilidade, em caso de acidente de trabalho, inicia-se com o fim do auxílio doença acidentário e é de 12 (doze) meses.

4.2.1 - Importa dizer: também neste caso, o contrato por prazo determinado não se converte em contrato sem prazo, podendo, portanto, ser rescindido, sem aviso pré-

vio e sem a indenização de 40% do FGTS, após término da estabilidade.

4.3 - Esclareça-se que, pouco importando a natureza do contrato, durante o auxílio doença, seja este comum ou acidentário, não se promove a sua rescisão, sem justa causa; e, sendo acidentário ou auxílio doença, essa vedação estende-se por mais 12 (doze) meses, após o final deste, ou seja, após a alta médica.

5 - Não obstante o TST não haver alterado a Súmula 369, para aumentar o número de dirigentes sindicais, com estabilidade provisória, o que se esperava, a modificação do seu item I é de real interesse das entidades sindicais, pois que, com a nova redação dada ao seu item I, pouco importa o momento em que o empregador é comunicado do registro de candidatura ou da eleição e posse de seu empregado, desde que ocorra antes da demissão, é-lhe assegurada a estabilidade provisória, garantida pelo Art. 8º, inciso VIII, da Constituição da República, e 543, § 5º, da CLT.

5.1 - Antes, a Justiça do Trabalho entendia que se tal comunicação não se desse no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a esta-

bilidade não era garantida. O que, felizmente, foi superado pela nova jurisprudência, ora em realce.

5.2 - O item I, da comentada Súmula, passou a ter a seguinte redação:

“I- É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho”.

6 - Em que pesem a relevância e o significado das modificações retrocomentadas, indiscutivelmente, a de maior dimensão e alcance sociais é a que se deu na Súmula 277, que versa sobre o tempo de adesão de cláusulas insertas em acordos e convenções coletivas de trabalho.

6.1 - A redação anterior representava um prejuízo de proporções gigantescas para os trabalhadores e um incentivo à recusa patronal de renovar os acordos e as convenções coletivas. Assim o era porque a citada Súmula limitava a adesão das cláusulas destes instrumentos normativos, aos contratos individuais de trabalho, ao seu período de vigência. Expirada esta, extinguia-se a adesão, até que novo instrumento viesse a ser firmado.

6.1.1 - Isto é, a adesão das cláusulas sociais, de acordos e convenções coletivas, aos contratos individuais de trabalho, era por prazo certo e só perdurava no curso da vigência daqueles.

6.1.2 - Com isto, garantias que se remontavam há décadas, quando não renovadas em convenções e/ ou acordos coletivos, eram retiradas dos contratos individuais.

6.2 - Em uma palavra: não havia ultratividade das normas coletivas, ou seja, estas não possuíam caráter definitivo, mas apenas, repita-se, temporário.

6.3 - A nova redação da Súmula 277, em rota diametralmente oposta à anterior, assegura a ultratividade dessas normas. Com isso, uma vez prevista em acordo e/ou convenção coletiva, a garantia, de qualquer natureza, incorpora-se em definitivo aos contratos individuais de trabalho, de todos os empregados abrangidos pelo acordo e/ou con-

venção coletiva; somente podendo ser modificada ou dele retirada por novo instrumento coletivo.

6.4 - A Súmula sob comentário, com a nova redação, ficou assim:

“As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho”.

6.5 - Com essa nova garantia, os empregadores não podem mais suprimir os benefícios de seus empregados, sem que isto esteja previsto em acordo ou convenção coletiva.



6.5.1 - A partir da nova redação da Súmula 277, mesmo estando vencido o instrumento normativo, acordo ou convenção coletiva, o empregado poderá exigir da empresa a observância dos direitos nele previsto., quer administrativamente, quer judicialmente, por meio de dissídio individual ou ação de cumprimento, proposta pelo correspondente sindicato.

6.6 - É bem de ver-se que essa radical mudança de entendimento, pelo TST, vem ao encontro de uma das mais sentidas e importantes reivindicações do movimento sindical.

6.7 - Para que se tenha a exata dimensão da importância dessa garantia, basta dizer que ela fora assegurada pela lei N. 8.542/92, sancionada pelo então Presidente Itamar Franco; sendo que a sua supressão constituiu-se numa das primeiras medidas que Fernando Henrique tomou, como Ministro da Fazenda, rumo à flexibilização dos direitos trabalhistas, levada a efeito durante os seus dois mandatos como Presidente.

6.7.1 - A ultratividade das normas era e é considerado o maior entrave à flexibilização de direitos tra-

balhistas. Por isso, louve-se o novo entendimento do TST.

7 - Aprovaram-se novas alterações, em súmulas e orientações jurisprudenciais, bem como a edição de novas súmulas, ainda não numeradas.

7.1 - A primeira nova súmula fixa o marco inicial do aviso prévio proporcional como sendo a data da publicação da Lei N. 12.506/2011, que é a de 13 de outubro de 2011, pondo fim à controvérsia sobre a partir de quando ele passou a ser devido.

7.2 - A outra nova súmula, que merece destaque, aqui, é a que reconhece a aplicação subsidiária ao processo do trabalho do Art. 557, do Código de Processo Civil (CPC), que trata de processo em tribunal, permitindo ao relator do recurso negar-lhe provimento, quando manifestamente ilegal ou for contrário à jurisprudência dominante, do respectivo tribunal, de tribunal superior ou do Supremo Tribunal Federal (STF); bem assim, a dar-lhe provimento, se estiver em consonância com a jurisprudência de tribunal superior ou do STF.

7.2.1 - Esta nova súmula terá significativa repercussão nos recursos ordinários, para os TRTs, e de revista, para TST, sendo, por conseguinte, de interesse das entidades sindicais.

7.3 - Destaca-se, também, a que regulariza a jornada de 12x 36 horas, de real interesse dos auxiliares de administração escolar, com a seguinte redação:

“JORNADA DE TRABALHO, ESCALA DE 12 POR 36. VALIDADE.

É válida, em caráter excepcional, a jornada de 12 horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas”.

7.4 - Destacam-se, ainda, duas súmulas que tratam, respectivamente, do intervalo intrajornada e da dispensa discriminatória.

7.4.1 - À primeira, foi dada a seguinte redação:

I - Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não concessão total ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.

II - É inválida a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantida por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva.

III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.8923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.

IV - Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período de descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, caput e § 4º, da CLT".

7.4.2 - À segunda súmula, deu-se esta redação:

"Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador de vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato o empregado tem direito à reintegração no emprego".

7.4.3 - Frise-se que as duas súmulas são de interesse dos professores e dos auxiliares de administração escolar.

Estas são, pois, as primeiras impressões colhidas da atualização de jurisprudência pelo TST. Posteriormente, aprofundaremos o debate sobre o alcance dela, incluindo as demais mudanças, aqui, não retratadas. 



Dr. José Geraldo de Santana Oliveira é assessor Jurídico da CONTEE, da Fitrae-BC, Fitrae-MT/MS, do Sinpro-GO, do Sintrae-MS e do Sintrae-MT

Na pauta *Positiva*

Veja aqui importantes avanços sociais que merecem destaque:

Prova Brasil será obrigatória para o ensino privado em 2013

Em 2013, as escolas privadas também deverão participar da Prova Brasil – avaliação aplicada pelo governo federal a cada dois anos, até então obrigatória apenas ao ensino público e uma pequena parcela (amostra) de escolas privadas. Até o momento, a Prova é usada para calcular o Ideb (Índice de desenvolvimento da Educação Básica).

Segundo o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, com a incorporação total do setor privado à avaliação, será possível obter uma análise mais aprofundada desse universo. Com informações do Estadão

LDO obriga a abertura das contas do Sistema S na internet

Caixa-preta do setor privado, desde sua criação em 1942, com orçamento de quase R\$ 10 bilhões, as entidades do sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat e Sebrae) terão que divulgar, a partir de agora, em suas respectivas páginas na internet, a estrutura remuneratória de seus cargos e funções, bem como a relação dos nomes de seus dirigentes e dos demais membros do corpo técnico.

A determinação consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013, sancionada pela presidente Dilma Rousseff. A LDO (lei 12.708) exige que as informações salariais sejam mantidas atualizadas na internet. Com informações do Valor Econômico

Brasil reduz desigualdade de gênero segundo ranking internacional

Segundo o ranking anual elaborado pelo Fórum Econômico Mundial (WEF – sigla em inglês), o Brasil saiu da 82^a para a 62^a posição entre 135 países pesquisados em um ranking global sobre desigualdade de gênero, em decorrência dos avanços obtidos na educação para mulheres e no aumento da participação feminina em cargos políticos.

A lista é liderada pela Islândia pelo quarto ano consecutivo, seguida pela Finlândia, Noruega, Suécia e Irlanda. Já o Iêmen é considerado o país com a pior desigualdade de gênero do mundo. Para elaborar o ranking, o WEF estabelece uma pontuação baseada em quatro critérios – participação econômica e oportunidade, acesso à educação, saúde e sobrevivência e participação política. Com informações da Agência Brasil

Desafios para a *nossa luta*

Os desafios brasileiros são grandes e variados. Destacamos um aspecto que exigirá atenção redobrada:

Emprego com carteira assinada cai pela metade

A geração de empregos formais caiu quase pela metade entre agosto de 2011 e de 2012 e atingiu o nível mais baixo desde 2003, segundo dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em agosto deste ano, foram criados 100,9 mil postos no mercado de trabalho, diferentemente dos 190,4 mil em 2011. Em 2003, o balanço de agosto chegou a 79,7 milhões. O saldo atual é o resultado de 1,8 milhões admissões e 1,7 milhões demissões.

De acordo com o secretário substituto de Políticas Públicas do ministério, Rodolfo Torelly, o resultado foi uma “surpresa”, mas não chega a ser motivo de alarde, considerando o contexto da crise econômica mundial. Os dados do Caged confirmaram a alta rotatividade no mercado brasileiro e que o ministério vem estudando medidas para combater o fenômeno. “Não é possível que seja necessário admitir 1,8 milhão de pessoas e demitir 1,7 milhão, para que sejam criados 100 mil empregos”.

Com informações da Agência Brasil

Para expressar a liberdade – *uma nova lei para um novo tempo*



Campanha idealizada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação quer levar ao conhecimento da sociedade a importância da luta por um novo marco regulatório das comunicações no Brasil.

Reconhecida como fundamental para a transformação do Brasil em uma Nação mais justa e soberana, a luta pela democratização da comunicação ganhou nova força com o lançamento da Campanha “Para expressar Liberdade – uma nova lei para um novo tempo”, idealizada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

O objetivo da Campanha é chamar a atenção para a urgente adoção de medidas de regulação democrática sobre a estrutura do sistema de comunicações, a propriedade dos meios e os conteúdos veiculados. Os cidadãos e entidades apoiadores da iniciativa, entre elas a CONTEE, defendem a garantia do direito à informação e à liberdade de expressão a todos e todas, com diversidade e pluralidade.

A CONTEE aprovou moção de apoio à Campanha em seu último Seminário de Comunicação, realizado no final do mês de maio, em São Paulo/SP. Na ocasião, os representantes das entidades filiadas presentes na atividade manifestaram que: “unidos em torno dessa Campanha, devemos avançar na discussão e aprovação de um novo marco regulatório para a comunicação no Brasil, para que, este sim, garanta de fato a liberdade de expressão e a democracia no País – duramente conquistada por muitos dos trabalhadores que estiveram reunidos neste encontro”.

Para a Coordenadora do FNDC, Rosane Bertotti, é preciso dialogar com a sociedade para que seja possível entender a comunicação como um direito. “A liberdade de expressão não é um direito apenas de quem detém um meio. É direito de todos os brasileiros e as brasileiras e o Estado tem um papel fundamental no sentido de garantir esse direito, como uma política pública”, afirma.

A dirigente destaca que o movimento social tem um papel fundamental nesse processo, “porque é através dele que as transformações da sociedade brasileira se efetivaram e vão continuar se efetivando”. Para ela, o movimento sindical, bem como os trabalhadores em educação, também tem papel importante.

“Não temos como pensar numa educação estratégica, avan-

çada, desenvolvida, emancipadora sem pensar no direito à informação. Essa é a importância e a riqueza da Campanha e da participação da CONTEE, que traz consigo os meandros específicos da categoria da educação, dialogando com esse tema tão estratégico que é a democratização da comunicação e a liberdade de expressão para todos e todas”, destacou Rosane.

Lançamentos por todo o País

O lançamento oficial da Campanha aconteceu no dia 27 de agosto. Dia que marcou também os 50 anos do Código Brasileiro de Telecomunicação – uma lei ultrapassada pela tecnologia e pelo avanço dos direitos sociais que perdura pelo lobby dos empresários do setor e pela omissão do Estado brasileiro em sepultá-la. De forma irreverente e com muito debate político praças, praias, ruas, sindicatos e as redes sociais foram tomadas por manifestações por uma nova lei geral para as comunicações no Brasil.

O lançamento começou com um tuitaço para denunciar a falta de pluralidade e diversidade nos meios de comunicação brasileiros. A hashtag **#paraexpressaraliberdade** transbordou as fronteiras nacionais e ganhou o mundo. Ao longo do dia, atos e manifestações aconteceram ainda em São Paulo, Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará e Paraná.

Na capital paulista, um debate com a professora da Universidade de São Paulo (USP) Marilena Chauí lotou o auditório do Sindicato dos Jornalistas. Chauí ratificou a necessidade e a urgência da criação de um novo marco regulatório das comunicações. “Em uma sociedade oligárquica, com privilégios extremos a uma minoria e repressão aos pequenos, não há democracia consolidada. A lei é a expressão da generalidade pública e é aí que entra a questão do marco regulatório”, afirmou.

Ela também criticou o jornalismo praticado pela grande imprensa: “A violência é todo ato de violação física ou psíquica e o que a mídia faz é violência cotidiana”. Segundo a filósofa, as grandes empresas de comunicação transmitem preferências e propagandas ao invés de informação. “O jornalismo tradicional tenta ser rápido e ágil, mas se torna propagandista por ser raso e superficial, destruindo a esfera pública que antes pretendia defender”, afirma.

Ela ainda falou da “ideologia da competência” que predomina nas redações da grande imprensa, de forma a dividir a sociedade entre competentes que sabem e podem falar e incompetentes que não. “A mídia declara a incompetência de atores sociais que protagonizam os próprios acontecimentos que ela relata. O acontecimento vira um fato com apenas uma versão”, analisou.

Câmara debate o direito a comunicação

Em 18 de outubro, houve também uma audiência pública organizada pela Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação com Participação Popular (Frentecom), em

parceria com a coordenação da Campanha, que debateu a liberdade de expressão e o marco regulatório das comunicações na Câmara dos Deputados.

A audiência marcou ainda as comemorações do Dia Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação e contou com a participação da coordenadora da Frentecom, a deputada Luiza Erundina (PSB-SP); a coordenadora geral do FNDC, Rosane Bertotti; o deputado feral Jean Wyllys (PSOL-RJ); o ator e representante do Ministério da Cultura, Sérgio Mamberti; a representante da Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma Política, Eliana Magalhães; a dirigente da Via Campesina e do Movimento de Mulheres Campesinas, Rosângela Piovesan; e o coordenador do grupo Viração e da Renajoc (Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores), Alex Pamplona.

A coordenação da Campanha reivindica agora uma audiência com a presidente Dilma Rousseff para apresentar as propostas e dialogar sobre o processo de construção para um novo marco regulatório para o setor das comunicações no Brasil. Na primeira quinzena de dezembro, uma plenária nacional da Campanha acontecerá em São Paulo, a fim de avaliar as ações realizadas até o momento e definir o calendário de lutas para 2013. 

Participe da Campanha

Para participar da Campanha, basta acessar o site: <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/>

Lá você encontra todas as notícias relacionadas à Campanha, bem como links para as páginas nas redes sociais e demais materiais e informações.

Com informações da Campanha Para Expressar a Liberdade

AGORA É A VEZ DO SENADO

PNE JÁ!



10% do PIB para
a Educação

conTEE

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino



conTEE

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino